



# Turismo e patrimônio em área natural: Caminho do Itupava (PR)

*Tourism and heritage at natural area: Itupava path (PR)*

*Turismo y patrimonio en area natural: Camino do Itupava (PR)*

**Raquel Ribeiro de Souza Silva** <unesp2004@yahoo.com.br >

Doutoranda em Geografia na Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil.

---

## CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 04-mar-2013

Aceite:17-mar-2014

---

## FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

SILVA, R. Turismo e patrimônio em área natural: Caminho do Itupava (PR). **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p.68-78, abr. 2014.

---

### REALIZAÇÃO



### APOIO INSTITUCIONAL



### PATROCÍNIO



**Resumo:** O Caminho do Itupava é um sítio histórico-arqueológico em área natural localizado entre o litoral e o planalto paranaense considerado um patrimônio arqueológico e histórico-cultural. A partir da metodologia de pesquisa bibliográfica e documental sobre os aspectos históricos do Caminho junto aos dados atuais de visitação turística, este artigo encontrou que o turismo cultural também está presente em áreas naturais. O turismo nesta modalidade possui a capacidade de disseminar conhecimento por meio do reconhecimento e interpretação do patrimônio, possibilitando trocas de experiência entre a comunidade e o visitante tornando possível o desenvolvimento regional e agregando valor à visitação. As conclusões deste artigo apresentam a potencialidade, pouco explorada, para o turismo cultural na área estudada e a possibilidade da inserção de um programa de visitação interpretativa no local.

**Palavras-chave:** Atrativo turístico; História; Visitação; Interpretação.

**Abstract:** The Itupava Path is a historic archaeological site in natural area located between the coast and the plateau of Paraná, considered an archeological, historical and cultural heritage. Based on methodology of literature and documents research about the historical aspects of the Path and current database of tourist visitation this article found that cultural tourism is also present in natural areas. The tourism in this mode has the ability to spread knowledge through the recognition and interpretation of heritage, enabling exchange of experience between the community and the visitor making possible regional development and adding value to visitation. The findings of this article showed that there is a potential, unexplored, for cultural tourism in the study area and a possibility of inserting an interpretive visitation program at this place.

**Keywords:** Tourist attraction; History; Visitation; Interpretation.

**Resumen:** Lo Camino de Itupava es un sitio histórico-arqueológico en espacio natural situado entre la costa y la meseta del Paraná, considerado un patrimonio arqueológico, histórico y cultural. Con base en la metodología de la literatura y documentos de investigación sobre los aspectos históricos de la ruta y la base de datos actual de las visitas de turistas este artículo encontró que el turismo cultural también está presente en las áreas naturales. El turismo en este modo tiene la capacidad de difundir el conocimiento a través del reconocimiento y la interpretación del patrimonio, lo que permite el intercambio de experiencias entre la comunidad y el visitante haciendo posible el desarrollo regional y la adición de valor a la visitación. Los resultados de este artículo muestran que existe un potencial inexplorado, para el turismo cultural en la zona de estudio y una posibilidad de inserción de un programa de visitas de interpretación en este lugar.

**Palavras clave:** Atracciones turísticas; Historia; Visitación; Interpretación.

## Introdução

A prática do turismo atualmente é um fenômeno social de considerável importância econômica nos âmbitos nacional e internacional, devido à expressiva lucratividade que a atividade concede aos núcleos emissores e receptivos. Entretanto uma leitura mais detalhada deste fenômeno demonstra que seu significado vai além do simples deslocamento de indivíduos e da geração de divisas para as localidades turísticas.

Apesar de estudos e pesquisas contemporâneas relacionadas ao turismo concentrarem-se nos aspectos estatísticos da atividade, bem como em sua rentabilidade econômica em detrimento dos aspectos culturais e seus múltiplos benefícios tanto aos visitantes como aos visitados, há ainda estudiosos e pesquisadores que tratam a questão cultural como fator importante dentro da segmentação da atividade turística.

De acordo com a pesquisa sobre a caracterização e o dimensionamento do turismo doméstico no Brasil, realizada pelo Ministério do Turismo, o turismo cultural ocupa o terceiro lugar no ranking de motivação para a realização de viagens domésticas (BRASIL, 2010a). Um estudo sobre a demanda turística internacional também aponta a cultura brasileira como principal motivação de viagens a lazer realizadas no país (BRASIL, 2010b).

Esse grande interesse do turismo pelos patrimônios pode ter um significado positivo à medida que contribuem para a proteção e recuperação, além da divulgação de sua importância. Entretanto, urge uma necessidade de que haja um real entendimento do significado desses bens, para evitar que o patrimônio se torne um mero objeto de consumo (SCIFONI, 2006).

Este artigo busca demonstrar por meio de pesquisa bibliográfica e documental sobre turismo e patrimônio no Caminho do Itupava, Paraná, que o turismo cultural, também está presente em áreas naturais e possui a capacidade de gerar não apenas renda para a comunidade do entorno, mas também é capaz de disseminar conhecimento por meio do reconhecimento e interpretação do patrimônio, possibilitando trocas de experiência entre a comunidade e o visitante tornando possível o desenvolvimento regional e agregando valor a visita turística.

## Histórico do Caminho do Itupava

O Caminho do Itupava está localizado na faixa montanhosa da Serra do Mar, entre o litoral e o primeiro Planalto, estendendo-se de Borda do Campo, distrito do município de Quatro Barras - (PR), até Porto de Cima, distrito do município de Morretes - (PR).

Segundo Moreira (1975), a denominação Itupava é de origem Tupi - Guarani que significa rio encachoeirado, que é uma característica dos rios da Serra do Mar. Esta designação deveu-se a localização de uma das Barreiras às margens do rio Itupava, local onde os viajantes comerciantes e tropeiros pagavam uma taxa de imposto para a manutenção da estrada.

Aberto por volta de 1625, o Caminho do Itupava foi a principal via de comunicação entre o litoral e o planalto curitibano. Era um dos caminhos mais curtos que, na época cruzava a Serra do Mar, possuindo um percurso de 55 quilômetros, os quais consumiam dois dias de uma viagem carregada de ásperos percalços (MOREIRA, 1975).

Com relação à formação do Caminho com calçamento de pedras não há registros históricos que mencionem quando isso ocorreu, entretanto, há uma suposição de que a calçada foi construída aos

poucos com prioridade para os locais pantanosos e dividida em trechos para facilitar a manutenção sob ordem do Ouvidor Pardino por volta do ano de 1720 (WACHOWICZ, 2001).

Apenas no ano de 1830 foi que o presidente da província de São Paulo José Carlos Pereira de Almeida Torres autorizou um projeto profissional de construção da estrada, o qual não chegou a ser finalizado devido à queda do Império com a proclamação da República (WACHOWICZ, 2001).

Diante desta situação, a manutenção e as melhorias eram executadas pelos próprios usuários e com o passar do tempo adotou-se um recrutamento forçado dos trabalhadores em regime militar com a imposição de multas e cadeia aos que se recusassem a participar (WACHOWICZ, 2001).

No ano de 1743 houve uma tentativa de privatização mediante a cobrança privada de pedágio, e em 1805 foi implantada a cobrança pública do pedágio para financiar sua manutenção permanente. Contudo, nunca houve uma manutenção adequada e os recursos arrecadados pelo pedágio eram frequentemente desviados de sua finalidade real resultando que o Caminho do Itupava sempre foi considerado como uma das piores estradas do Brasil (WACHOWICZ, 2001).

## **Plano de uso público e normativas do Caminho do Itupava**

Avançando na linha cronológica, no ano de 2001, foi realizado o plano de uso público do Caminho do Itupava por consultores especializados em planejamento e ordenação do espaço em áreas naturais.

Alguns objetivos de manejo foram considerados neste documento tais como: “proteger e conservar áreas de patrimônio natural e histórico-cultural; possibilitar atividade de recreação, sensibilização e educação ambiental e patrimonial difundindo os princípios de conservação da natureza; incentivar a pesquisa científica e o monitoramento ambiental e patrimonial; levar o público a entender a importância de apreciar o valor do Caminho, percebendo a necessidade de conservação deste patrimônio; prover a área dos meios necessários para o bom funcionamento das atividades; incentivar a criação de áreas privadas protegidas ao longo do Caminho” (PARANÁ, 2001b. p.45-46).

As Normativas de Uso do Caminho do Itupava foram aprovadas pelo Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (CEPHA) da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná em reunião extraordinária realizada em 08 de agosto de 2002. Resolução nº 060/2004, publicada em diário oficial nº6806 de 01 de setembro de 2004 (PARANÁ, 2002).

Estas normativas contidas em Paraná (2002) discorrem sobre a regulamentação do uso dos sítios históricos e arqueológicos e dos caminhos coloniais, e tem como objetivo principal garantir o cumprimento à decisão do Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico a respeito da regulamentação do uso do Caminho do Itupava.

Discorrem também sobre o zoneamento do Caminho do Itupava, sendo considerada área de influência os locais adjacentes ao Caminho do Itupava que contenham indícios arqueológicos a ele relacionados identificados ou ainda a identificar. Tem-se então zona de uso restrito, zona de uso extensivo e zona de uso intensivo.

O objetivo principal da zona de uso restrito é conservar o Caminho onde a intervenção humana foi mínima, para que desta forma seja evitada a degradação, estando autorizado o uso apenas para finalidades científicas.

A zona de uso extensivo é uma zona de transição entre as zonas de uso restrito e de uso intensivo, consiste em trechos com poucas alterações, onde a intervenção humana foi pequena. O objetivo

central desta zona é manter o ambiente natural com mínimo impacto humano oferecendo facilidades de uso público para fins educativos e recreativos.

A zona de uso intensivo caracteriza-se pela intensidade do uso antrópico e seu objetivo é promover a integração entre visitantes e moradores, bem como a preservação dos recursos históricos-culturais, além de propiciar recreação intensiva dentro dos conceitos de mínimo impacto.

As normas gerais ditam que qualquer tipo de instalação, ampliação, reforma ou recuperação de obras, edificações ou atividades a serem realizadas ao longo do Caminho e de sua área de influência dependerão de consentimento prévio da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná através da Coordenadoria do Patrimônio Cultural, licença ambiental do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico Nacional (IPHAN), observando-se as legislações pertinentes à área, bem como seu zoneamento (PARANÁ, 2002).

## Restauro do Caminho do Itupava

No ano de 2005 o Caminho do Itupava passou por um processo de restauração, cujo projeto foi desenvolvido pela Secretaria Estadual da Cultura (SEEC), por intermédio da Coordenadoria do Patrimônio Cultural e do Meio Ambiente (SEMA), com o apoio do banco alemão KFW Entwicklungsbank, por intermédio do Pró- Atlântica (MANFREDINI, 2005 p.04).

O grupo de gestores do Caminho - SEEC, SEMA (por intermédio do Pró-Atlântica), Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Secretaria de Turismo e prefeituras de Quatro Barras e Morretes trabalharam em um plano de ação que utilizou como base o plano de uso público do Caminho do Itupava.

O projeto de restauração do Caminho do Itupava, concluído no final do ano de 2006, devolveu a população paranaense 22 km do mais importante caminho colonial que ligava o litoral ao planalto curitibano no século XVIII. Para isso, foi realizado um trabalho acompanhado por uma equipe de arqueólogos e técnicos ambientais, tendo em vista que o Caminho está inserido em uma área natural e o mesmo é considerado um sítio arqueológico.

As obras realizadas durante o período de restauro foram roçadas laterais da trilha, limpeza do calçamento e recuperação das pedras originais do Caminho, construção de pontes e passarelas sobre os seis rios e duas ferrovias que cortam o Caminho (UNIÃO, 2006).

Além disso, foram abertas saídas de água para evitar a formação de poças, a largura da trilha foi padronizada em um metro de largura, as árvores caídas ao longo do Caminho foram retiradas e, por fim, foram abertas drenagens naturais para escoamento da água da chuva (UNIÃO, 2006).

De acordo com a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do município de Quatro Barras, com relação ao plano de uso público do Caminho do Itupava, muitos dos objetivos contidos no subprograma de educação ambiental e patrimonial e no subprograma de turismo ainda não foram concretizados por razões de ordem financeira (UNIÃO, 2006).

Os objetivos referentes à elaboração de material informativo sobre o Caminho e o acompanhamento do desenvolvimento da atividade de visitação, foram realizados em parceria com o Instituto Ambiental do Paraná e a Secretaria Municipal da Indústria do Comércio e do Turismo de Quatro Barras.

De uma forma geral, nota-se que muitos dos objetivos propostos no plano de uso público do Caminho do Itupava ainda estão apenas no papel, contudo este é um importante atrativo turístico dos municípios de Quatro Barras e de Morretes, no segmento do turismo cultural.

## Turismo cultural em área natural

O turismo cultural é um dos segmentos da atividade turística cuja finalidade está na valorização dos aspectos culturais de uma localidade, tanto por parte dos visitantes como por parte da população residente, e estes aspectos culturais podem ser representados por intermédio de patrimônios de caráter material ou imaterial.

Como definição tem-se que turismo cultural é tudo aquilo que constitui um bem apropriado pelo homem, com suas características únicas e particulares (PINSKY; FUNARI, 2003).

O turismo cultural pode ser compreendido, então, como uma atividade que possui como principal atrativo algum aspecto da cultura humana e esse aspecto pode ser a história, o cotidiano, entre outros aspectos que o conceito de cultura abrange (BARRETO, 2000).

Considerando a amplitude do termo turismo cultural, o conceito de patrimônio, originalmente de origem latina, “patrimonium, que se referia, entre os antigos romanos, a tudo o que pertencia ao pai, pater ou pater famílias, pai de família” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p.10), vem sendo ampliado de modo a conter não somente os bens tangíveis, materiais, mas também os bens intangíveis, incluindo as manifestações, por múltiplas formas, do modo de viver, pensar e agir de uma sociedade (CASTRO, 2007).

A Constituição do Brasil de 1988, no seu artigo 216, afirma ser patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomado individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, por meio de suas formas de expressão; dos modos de criar, fazer e viver; das criações científicas, artísticas e tecnológicas; das obras, dos objetos, dos documentos, das edificações; dos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

Para Barreto (2000) o conceito de preservação do patrimônio é definido com a ideia de que preservar significa proteger, resguardar, evitando que algo seja atingido por alguma coisa que possa lhe ocasionar dano, diferentemente de conservar que significa manter, guardar para que desta maneira haja a permanência no tempo.

Considerando a diferenciação entre os conceitos de preservação e conservação, ao se utilizar a expressão preservação do patrimônio, o significado disso implica em mantê-lo estático e intocado, enquanto quando se fala em conservar entende-se que o patrimônio está sendo integrado no dinamismo do processo cultural (BARRETO, 2000).

Meneses (2004) utiliza-se dos dois termos, ou seja, preservação e conservação em conjunto, afirmando que o turismo pode contribuir para a preservação, conservação e interpretação destes espaços e destas culturas.

Ao contrário da visão sobre o patrimônio referir-se apenas a objetos de museus, o contato com a amplitude do termo patrimônio cultural representado também por documentos escritos, imagens, traçados urbanos, áreas naturais, paisagens, edificações, é uma oportunidade que a sociedade tem de perceber a si própria (RODRIGUES, 2003).

O termo patrimônio cultural contempla também o patrimônio natural, histórico e arqueológico, uma vez que o ambiente é um produto da ação dos seres humanos, e estes são pertencentes à cultura também (PINSKY; FUNARI, 2003).

Scatamacchia (2005) define patrimônio arqueológico como um testemunho da história particular de certos grupos, sendo que de forma geral patrimônio arqueológico pode ser compreendi-

do como algo que faz parte de uma cultura material, produzida pelos diversos povos em todos os tempos e lugares e em constante interação com o meio ambiente, constituindo um suporte para o desenvolvimento de culturas (PINSKY; FUNARI, 2003).

O Caminho do Itupava está inserido em áreas cuja ocupação humana recua a períodos pré-coloniais. Pesquisadores arqueológicos localizaram em sua extensão de aproximadamente 55 km indícios relacionados às tradições arqueológicas Humaitá e Umbu, que eram populações pré-ceramistas nômades que se valiam de uma aprimorada indústria lítica para a exploração dos recursos naturais, desde 4.000 a.C (PARANÁ, 2001a).

As pesquisas também apontaram a presença marcante desses povos ceramistas ligados às tradições arqueológicas tupi-guarani e Itararé, que habitaram e transitaram a região estudada, desde o início da era cristã até aproximadamente 1780 d.C. As informações etno-históricas apontam a presença indígena na área estudada desde 1531, conforme relatos da expedição enviada por Martim Afonso de Souza (PARANÁ, 2001a).

Ao total, foram encontrados vinte e um sítios com descrição, localização, estado de conservação e possível uso. São eles: moinho de erva mate, moradia, pedreira, barreira de tributos (reutilização na época da construção da estrada de ferro, lugar destinado à troca de ferradura local que se destinava ao pouso dos viajantes) e habitações indígenas. Muitos dos sítios encontrados têm seu possível uso desconhecido (PARANÁ, 2001a).

Atualmente, os principais pontos turísticos ao longo do Caminho do Itupava com significativo valor cultural são a Casa do Ipiranga, o Rio Ipiranga, as ruínas da pequena hidrelétrica que abastecia a Casa do Ipiranga, a Represa, a Cachoeira e a Estação ferroviária, todas denominadas Véu de Noiva e o Cadeado.

A Casa do Ipiranga foi construída para residência do engenheiro chefe da linha ferroviária e depois utilizada como clube de lazer pelos engenheiros da rede até a privatização da linha ferroviária que corta o Caminho, quando foi abandonada e destruída por vândalos. Nesta casa viveu também o pintor Alfredo Andersen por breves temporadas nas quais registrou as paisagens da serra do mar em suas telas a óleo (MOREIRA, 1975).

O Rio Ipiranga escorre pela represa, passa ao lado da Estação Véu de Noiva e cruza a ferrovia sob uma ponte metálica para mais adiante se lançar no vazio e produzir uma cachoeira de 70 metros.

A Estação ferroviária Véu de Noiva foi construída pelo Coronel Durival de Britto e Silva durante a década de 1940, seu nome foi emprestado da cachoeira do Rio Ipiranga e atualmente encontra-se bem conservada em contraste com as ruínas das casas da antiga vila ferroviária (MOREIRA, 1975).

Com relação ao mirante Cadeado, em meados de 1770 o Capitão Antonio Francisco, recebeu a incumbência de recuperar o Caminho, mas devido à dificuldade de conduzir as tropas militares e o armamento pesado pelas barrancas do Rio Ipiranga, mandou cavar uma vala curva, lembrando a argola dos antigos cadeados. O local tornou-se temido por gerações, mas a obra além de possibilitar o imediato trânsito das tropas militares e seus canhões, também liberou a passagem para os animais de carga percorrer toda a extensão da estrada (MOREIRA, 1975).

Os dados históricos demonstram a razão pela qual o Caminho do Itupava é considerado um patrimônio local, sendo o mais importante meio para o trânsito de aventureiros e comerciantes no período do Brasil Colônia, posteriormente um dos fatores colaboradores para o desenvolvimento econômico do estado do Paraná e nos dias atuais um atrativo turístico.

## Interpretação do patrimônio no turismo

Murta e Albano (1995) afirmam que a interpretação do patrimônio é um processo de adicionar valor à experiência de um lugar, por meio de informações e representações que realcem sua história e suas características culturais e ambientais.

Neste sentido, os canais de interpretação são diversos e incluem a interpretação ao vivo, com um guia contando os fatos históricos do local, a distribuição de um roteiro aos visitantes, a sinalização dos detalhes históricos existentes no decorrer da trilha, a instalação de placas explicativas nestes locais e a distribuição de folders ilustrativos. Estes elementos melhoram a percepção da visita e servem como um souvenir a ser levado para casa (MURTA; ALBANO, 1995).

De forma geral, as atividades de interpretação do patrimônio são desenvolvidas principalmente em museus, fato que os tornam um complemento necessário ao turismo, sempre inclusos em catálogos e nos roteiros culturais.

Na Europa há aproximadamente vinte anos a interpretação do patrimônio é realizada em um modelo de museu denominado *site museums*, locais que reúnem preocupações e planejamento relacionado ao patrimônio, revitalização, museus e turismo.

A tradução da expressão *site museums* pode ser entendida como museus de sítios ou museus no local, que são definidos pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) como sendo um museu concebido e implantado para proteger a propriedade natural ou cultural, móvel ou imóvel, em seu local original, ou seja, preservada no local em que a propriedade foi criada ou descoberta (BARRETO, 2000).

A modalidade dos *site museums* tem grande aceitação por parte do público, pois reúne a pesquisa científica, a contextualização histórico-temporal e espacial, além do prazer estético e paisagístico, sendo que geralmente as exposições são realizadas de forma acessível, possibilitando ao visitante estar em contato direto com os objetos e suas funções (BARRETO, 2000).

Os *site museums* foram adotados também nos Estados Unidos e mundialmente têm se multiplicado mais do que os museus tradicionais e normalmente, a localização destes *site museums* encontra-se em grandes extensões de terreno, tornando possível a realização de atividades de descontração e contato com a natureza (BARRETO, 2000).

No Canadá a questão da interpretação do patrimônio é trabalhada em algumas comunidades tradicionais de maneira diferenciada com o objetivo de incentivar a conservação dos recursos culturais e a visitação turística.

A comunidade Fort Saint. James, localizada na província de British Columbia, Canadá, é um exemplo de preservação das raízes por meio do projeto caminhada interpretativa realizada pelo comitê de profissionais de turismo e pela comunidade local (GEDLING, 2012).

O objetivo do projeto caminhada interpretativa foi unificar os pontos de interesse histórico da comunidade para criar uma experiência turística patrimonial e incentivar os visitantes a permanecer mais tempo na comunidade. Os recursos utilizados foram painéis interpretativos e brochuras sobre a história local, as quais foram distribuídas gratuitamente ao público visitante e aos residentes da comunidade (GEDLING, 2012).

No Brasil, a cidade de Belém no estado do Pará possui um programa de interpretação do patrimônio local utilizando roteiros geoturísticos implementados no bairro da cidade Velha no centro histórico, os quais visam à efetiva participação da sociedade através do resgate da memória sócio-

-espacial dos moradores, no sentido de permitir a valorização do conhecimento sócio-espacial, preservação e conservação do patrimônio histórico e cultural no bairro (SILVA; PEREIRA; TAVARES, 2012).

Apesar do potencial existente no Caminho do Itupava para a realização de uma visitação interpretativa, atualmente o que ocorre no local é apenas um monitoramento de visitantes.

Este controle é realizado nas três bases do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), no receptivo localizado na Borda do Campo (Quatro Barras), em Prainhas (Morretes) e no Parque Estadual do Marumbi. As equipes revezam-se entre turnos para realizar o cadastramento dos visitantes que passam pela trilha e em caso de necessidade fornecer apoio acionando equipes de Bombeiros, Defesa Civil ou Polícia Ambiental (QUATRO BARRAS, 2012).

Em 2012 até o mês de setembro de acordo com o Instituto Ambiental do Paraná, o Caminho do Itupava tinha recebido 13.883 pessoas. Segundo o responsável pelo atrativo os visitantes são atraídos pela história da trilha, além das belezas naturais e o perfil deste público é variado e inclusive familiar, provenientes principalmente das diversas regiões do Estado do Paraná, há também uma presença de visitantes internacionais (QUATRO BARRAS, 2012).

O conteúdo cultural e o fluxo de visitantes existentes no Caminho do Itupava demonstram a viabilidade de uma visitação interpretativa que valorizaria os aspectos históricos do local beneficiando tanto a comunidade como os turistas que freqüentam o atrativo.

Para tal um planejamento turístico cultural se faz necessário levando em consideração os recursos existentes no local e o público visitante, tendo em vista que há aqueles que buscam conhecer os aspectos históricos do local e aprender com eles e outros que apenas querem desfrutar a visitação sem muito compromisso com o aprendizado que a mesma pode proporcionar (PORIA; BUTLER; AIREY, 2003).

Desta forma o conhecimento do perfil do visitante conduz a uma gestão mais efetiva do atrativo, pois a identificação do público facilita a escolha da estratégia de abordagem interpretativa a ser utilizada.

Especialistas em pesquisas de marketing turístico interpretativo sugerem que cada atrativo deve proporcionar diferentes programas de interpretação e que estes devem estar em sintonia com a expectativa e a percepção do público visitante (PORIA; BUTLER; AIREY, 2003).

## Conclusão

O Caminho do Itupava é considerado um patrimônio histórico-cultural, natural e arqueológico de significativa importância para o Estado do Paraná, e principalmente para os municípios de Quatro Barras e de Morretes.

Ao analisar os usos do Caminho ao longo da história, pode-se traçar a seguinte linha cronológica: período pré-colonial - habitação de povos pré-ceramistas; idade moderna - utilização para fins econômicos; idade contemporânea - atividades turísticas. Observa-se, assim a existência de um vasto campo para o ensino e aprendizagem por meio da visitação interpretativa.

Os documentos de uso público e normativas do Caminho do Itupava, demonstram uma preocupação por parte dos órgãos públicos para com este patrimônio natural-histórico-arqueológico, apesar de muitos dos objetivos neles contidos não tenham sido concretizados.

Os exemplos de interpretação do patrimônio aqui citados e os dados recolhidos durante a pesquisa sobre a história e a visitação turística no Caminho do Itupava podem servir de base para o planejamento de uma visitação interpretativa no local.

Faz-se necessário uma integração da comunidade local com os visitantes e com os órgãos públicos, além de capacitação profissional para que seja possível transmitir de forma clara e objetiva todo conteúdo histórico presente neste atrativo.

Conclui-se, portanto, que no segmento do turismo cultural, o conhecimento da história de determinada localidade aliado à interpretação do patrimônio, pode tornar-se um fator colaborador para propiciar a identificação do indivíduo com o local que faz parte de seu cotidiano e a contribuição deste conhecimento pode ser demonstrada por intermédio da valorização e conservação destes locais, resultando no exercício da cidadania por parte dos moradores da região e na agregação de valor à experiência turística.

## Referências bibliográficas

BARRETO, M. **Turismo e legado cultural: As possibilidades do planejamento**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

BRASIL. **Turismo cultural: orientações básicas**. 3. ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010a.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Estudo da demanda turística internacional 2004 - 2008**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010b.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 20 de setembro de 2012.

CASTRO, C. A importância da educação patrimonial para o desenvolvimento do turismo cultural. **Partes: Revista virtual**. Disponível em: <[www.partes.com.br/turismo/turismocultural.asp](http://www.partes.com.br/turismo/turismocultural.asp)>. Acesso em: 10 de novembro de 2011.

FUNARI, Pedro P.; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GEDLING, K. Ripples of the past interpretative walk. Disponível em: <<http://www.interpscan.ca/entry-submission-ripples-past-interpretive-walk>>. Acesso em 04 de março de 2012.

MANFREDINI, L. Começam as obras de restauro do Caminho do Itupava. **Atlântica**. n. 28, p.04, jan/mar., 2005.

MENESES, U. T. B. A paisagem como fator cultural. In: YÁZIGI, Eduardo. (org). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

MOREIRA, J. **Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá, até a emancipação da Província**. Curitiba: Imprensa Oficial, 1975.

MURTA, M.; ALBANO, C. **Interpretação do Patrimônio para o Turismo Sustentado: Um guia**. Belo Horizonte, MG: Sebrae (MG), 1995.

PARANÁ. Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (CEPHA) da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná. **Normativas de uso do Caminho do Itupava, 2002**. Paraná: CEPHA, 2002.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná. Programa Pró-Atlântica. **Levantamento e zoneamento arqueológico do Caminho do Itupava**. Serra do Mar. Curitiba, 2001a.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná. Programa de proteção da floresta atlântica. Paraná. **Plano de uso público Caminho do Itupava**. Curitiba, 2001b.

PINSKY, J.; FUNARI, P. P. (org.) **Turismo e patrimônio cultural**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2003.